## economia

## Salgado Filho retoma voos a partir de outubro

No primeiro momento, serão 50 voos diários no aeroporto gaúcho, o que corresponde a 350 operações semanais

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, será parcialmente reaberto para pousos e decolagens em outubro e estará em pleno funcionamento até dezembro. O prazo foi confirmado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silva Costa Filho, ontem, durante uma reunião com a Fraport Brasil - empresa que administra o aeroporto.

Em outubro, serão 50 voos diários, o que corresponde a 350 voos semanais - até retomar as atividades plenas em dezembro. "Esta será a primeira etapa da reabertura do aeroporto e até dezembro o Salgado Filho estará 100% operando

zembro o Salgado Filho estará 100% operando como estava antes da enchente, que ocorreu, infelizmente, no Rio Grande do Sul", reforçou o ministro. Durante o período de funcionamento parcial, os voos ocorrerão entre 10h e 22h.

A proposta de retomada foi apresentada pela Fraport após a finalização de análise de danos da pista, que ficou submersa durante semanas em razão das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul em maio deste ano. Dos 3,2 mil metros de pista, 75% ficaram submersos.

A liberação, em outubro, será de 1,7 mil metros, correspondente a pouco mais de 50% da pista. A estratégia atende a demanda por reparos ainda não detalhados. Após a finalização na primeira metade, o trabalho será executado nos outros 50%. Até outubro, os voos seguem operando em outros aeroportos do Estado e o Ministério de Portos e Aeroportos trabalha para aumentar o número de voos.

Segundo o ministro, a Fraport solicitou a possibilidade de um reequilíbrio dos prazos para discussão ser realizada de

forma conjunta entre

os responsáveis. O reequilíbrio, no entanto, precisa ser validado pela Advocacia-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União. A validação deve ocorrer

na próxima segunda-feira. Na coletiva realizada em Brasília, Costa Filho ressaltou ainda que a Fraport está trabalhando junto às seguradoras para dar seguimento aos seguros.

"Foi solicitado pela Fraport, o valor de R\$ 700 milhões. Uma parte já está consolidada pelas seguradoras e outra par-

-EFEE X CDLFOA PUCRS Jornal do Comércio



No retorno dos embarques e desembarques, passageiros fizeram check-in e foram levados até Canoas

te a formatação ainda é discutida juridicamente. O governo vai discutir a possibilidade do reequilíbrio", explicou.

Na segunda-feira, o Salgado Filho reabriu às 6h da manhã para a realização dos procedimentos de embarque e desembarque em Porto Alegre, que vinham ocorrendo no Park Shopping em Canoas. Os voos seguem ocorrendo pela Base Aérea de Canoas. Após realizar o check-in e despachar bagagens, os passageiros aguardam no aeroporto na Capital para se deslocar até Canoas, trajeto de 20 minutos que é feito de ônibus. A saída ocorre cerca de 1h antes do horário previsto do voo. A primeira viagem do dia pela Base Aérea foi pela Latam e teve como destino o aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Alguns serviços já foram reabertos,

como os cafés Casa Café, Cidade Porto Alegre, Bella Gula, Hudson e Snoopy Café.

O Estacionamento da Estapar está funcionando e as empresas especializadas em transporte turístico Brocker, Citral, Transfer Prime e Turistur estarão com um balcão de atendimento na Estação de ônibus, bem como as locadoras de veículo Localiza, Locasul, Movida e Unidas.

## 

GEELPA

RETOMADA

**ECONÔMICA** 

## Votação de desoneração da folha fica para 30 de agosto

/TRIBUTOS

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), confirmou ontem que o projeto de lei da desoneração não será votado nesta semana. Wagner disse que o governo pedirá ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação do prazo dado para buscar um acordo sobre o tema. "Não vota hoje. Ficou para 30 de agosto", disse. Ao ser questionado sobre a negociação, afirmou: "ou resolve ou não resolve, não vou ficar esticando a vida inteira".

O líder do governo no Senado relatou ainda haver um "engresilho" - referindo-se às medidas de compensação que cobririam a renúncia fiscal promovida pela desoneração.

A Advocacia-Geral da União já tem, ao menos desde a semana passada, um pedido pronto para protocolar no STF solicitando uma prorrogação no prazo de negociação pela desoneração. A decisão foi de pedir que a Corte dê até 30 de agosto para que haja um acordo entre Congresso e Palácio do Planalto. O prazo atual se encerra na sexta-feira.

O prazo de 30 de agosto citado por Wagner se refere ao novo limite para votação do projeto. O governo tentará, até lá, convencer os parlamentares a aceitarem alguma outra fonte de compensação além das já apresentadas pelo Senado.

A proposta de aumento da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para compensar a perda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores e dos municípios continua na mesa, apesar da resistência do Senado, afirma o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais). Segundo Padilha, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está disposto a acolher todas as medidas propostas pelo Senado, mas ponderou que o montante - segundo cálculos do Ministério da Fazenda - é insuficiente para compensação.

Diante disso, seria necessário ter uma fonte perene de recursos.

Os cálculos do governo apontam que o aumento da alíquota significaria uma elevação de R\$ 17 bilhões por ano nas receitas da União.

A medida enfrenta dificuldade no Senado. Desde a devolução de parte da MP (medida provisória) que limita a compensação de créditos de PIS/Cofins - apresentada originalmente pela Fazenda para compensar a desoneração-, em junho, parlamentares têm afirmado que há resistência a propostas de aumento de carga tributária. Pacheco defende quatro propostas: regularização de valores de imóveis na declaração do Imposto de Renda, taxação de compras de até US\$ 50 no ecommerce, abertura de um novo prazo de repatriação de recursos no exterior e Refis (programas de refinanciamento de dívidas) para empresas com multas e taxas vencidas cobradas pelas agências reguladoras.